



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas– FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA

**A percepção dos gestores das micro e pequenas empresas do Núcleo
Bandeirante sobre a importância da informação contábil no processo de
tomada de decisão**

Wesley Reis dos Santos

Brasília, DF
2019

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professora Doutor Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Decana de Ensino de Graduação

Professora Doutora Adalene Moreira Silva
Decana de Pós-graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador do Programa Pós-graduação em Ciências Contábeis

Professora Doutora Danielle Montenegro Salamone Nunes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

Wesley Reis dos Santos

A percepção dos gestores do Núcleo Bandeirante sobre a importância das informações contábeis no processo de tomada de decisão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Me. Elivânio Geraldo de Andrade

Linha de pesquisa:
Contabilidade para Tomada de Decisões

Área:
Contabilidade Financeira

Brasília, DF
2019

SANTOS, Wesley Reis.

A percepção dos gestores das micro e pequenas empresas do Núcleo Bandeirante sobre a importância da informação contábil no processo de tomada de decisão / Wesley Reis dos Santos – Brasília, DF, 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Brasília (UnB), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – FACE. 1º Semestre de 2019.

54 f.

Orientador: Prof. Me. Elivânio Geraldo de Andrade.

1. Micro e pequenas empresas (MPes) 2. Informação contábil 3. Contabilidade gerencial
4. Tomada de decisão

Wesley Reis dos Santos

**A percepção dos gestores das micro e pequenas empresas do Núcleo
Bandeirante sobre a importância da informação contábil no processo de
tomada de decisão**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília, como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovada pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Elivânio Geraldo de Andrade

Orientador

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Universidade Brasília (UnB)

Prof. Cláudio Moreira Santana

Examinador

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, DF
2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por iluminar o meu caminho e me dar forças para realizar esse sonho.

Agradeço a minha mãe e a Hozana por serem essenciais na minha vida, sempre acreditarem no meu potencial e me incentivarem.

Agradecimento especial a Janaina pela compreensão, paciência e constante apoio.

Agradeço também a todos os meus amigos, sobretudo a Fernanda, Fabiana, Ana e Lenilson, por me acompanharem na minha jornada acadêmica e não medirem esforços em me ajudar.

Ao meu orientador Elivânio agradeço pela confiança, além de todo apoio e incentivo durante o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

As Micro e Pequenas Empresas possuem papel fundamental na Economia, principalmente devido ao seu potencial de geração de renda e postos de emprego. Apesar disso, elas enfrentam muitos desafios, a começar pela falta de gestão adequada. A contabilidade é a ferramenta capaz de fornecer informações úteis e relevantes que auxiliam nas funções gerenciais e na tomada de decisão. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo verificar a percepção dos gestores das Micro e Pequenas empresas do Núcleo Bandeirante sobre a importância da informação contábil no processo de tomada de decisão. Para isso, foi utilizada como metodologia uma pesquisa de campo, aplicada em uma amostra não probabilística de 32 empresas, é ainda bibliográfica, descritiva, abordando aspectos quantitativos e qualitativos. Os resultados evidenciaram que as informações fornecidas pela contabilidade mais utilizadas para a tomada de decisão são os relatórios gerenciais, folha de pagamento e DRE, e ainda a maior parte dos entrevistados consulta o contador para auxiliar a tomada de decisão. Além disso, acreditam que o contador tem grande importância para os negócios e prestam serviço de qualidade e entendem que ele precisa ter conhecimento mais aprofundado nas áreas de direito tributário e trabalhista.

Palavras-chaves: Micro e pequenas empresas(MPEs). Informação Contábil. Contabilidade gerencial. Tomada de decisão.

ABSTRACT

Small and Micro Enterprises play a fundamental role in the economy, mainly due to their potential for income generation and jobs. On the other, they face many challenges, starting with the lack of proper management. Accounting is the tool capable of providing useful and relevant information that assists in managerial functions and decision making. Therefore, the present work had as objective to verify the perception of the managers of Núcleo Bandeirante's Small and Micro enterprises about the importance of accounting information in the decision making process. For this, a field research was used as a methodology, applied in a non-probabilistic sample of 32 enterprises, it is still bibliographical, descriptive, addressing quantitative and qualitative aspects. The results showed that the information provided by accounting most used for decision making are the managerial reports, payroll and income statement, and still the majority of the interviewed consult the accountant to assist decision making. In addition, they believe that the accountant is of great importance to the business and provides quality service and understands that he needs to have more in-depth knowledge in the areas of tax and labor law.

Keywords: Small and micro enterprises (SMEs). Accounting information. Managerial accounting. Decision making.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Decisões gerenciais que demandam informações gerenciais contábeis	22
Figura 2 - Características qualitativas da informação contábil-financeira útil - CPC 00 (R1).	27
Figura 3 - Mapa do Núcleo Bandeirante destacando as Avenidas Comerciais	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação dos estabelecimentos segundo porte.....	16
Tabela 2 - Exemplos de tomada de decisão.....	21
Tabela 3 - Balanço Patrimonial	25
Tabela 4 - Demonstração do Resultado do Exercício.....	26
Tabela 5 - Função desempenhada na empresa x grau de escolaridade.....	33
Tabela 6 - Faixa etária x tempo de atuação	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Saldo líquido de empregos gerados em janeiro/2019	17
Gráfico 2 – Sexo dos entrevistados	34
Gráfico 3 - Tempo de funcionamento da empresa	35
Gráfico 4 - Faturamento anual estimado	36
Gráfico 5 - Quantidade de empregados	37
Gráfico 6 - Setor de atuação	38
Gráfico 7 - Regime tributário	38
Gráfico 8 – Prestação de Serviços Contábeis (Contabilidade interna ou externa)	39
Gráfico 9 - Informações fornecidas pela contabilidade utilizadas na tomada de decisão	40
Gráfico 10 - Auxílio da contabilidade na interpretação dos relatórios contábeis	41
Gráfico 11 - Utilização de consultorias para tomada de decisão	42
Gráfico 12 - Se você tivesse a opção de não contratar os serviços contábeis, mesmo assim você contrataria?	43
Gráfico 13 - Os serviços contábeis atendem as necessidades?	44
Gráfico 14 - Quais áreas o contador deveria ter conhecimento mais aprofundado?	45

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CRC -	Conselho Regional de Contabilidade
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
FASB	Financial Accounting Standards Board
IASB	International Accounting Standards Board
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LC	Lei Complementar
ME	Microempresa
MEI	Microempreendedor Individual
MGE	Médias e Grandes Empresas
MPE	Micro e Pequenas Empresas
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequena e Média Empresa
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SFAC	Statement of Financial Accounting Concepts

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Contextualização	13
1.3	Objetivos	13
1.3.1	<i>Objetivo Geral</i>	13
1.3.2	<i>Objetivos Específicos</i>	14
1.4	Justificativa	14
1.5	Delimitação da pesquisa.....	14
1.6	Organização do trabalho	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	Microempresas e empresas de pequeno porte	16
2.1.1	<i>Simples Nacional</i>	18
2.2	Contabilidade Gerencial.....	19
2.3	Tomada de decisão.....	20
2.4	Demonstrações Contábeis	23
2.5	Características qualitativas da informação contábil-financeira útil	26
3	METODOLOGIA	30
3.1	Classificação da pesquisa.....	30
3.2	Perfil da amostra	31
3.3	Coleta e tratamento de dados	31
4	ANÁLISE DOS DADOS	33
4.1	Caracterização dos entrevistados	33
4.2	Caracterização das empresas.....	35
4.3	Utilização dos relatórios contábeis para a tomada de decisão	39
4.4	A importância atribuída à contabilidade	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS.....	48
	APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA.....	53

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

Com a Lei Complementar 123/2006, também conhecida como Lei Geral das Micro e Pequenas empresas, foram estabelecidas as normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a elas na esfera dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

As Micro e Pequenas Empresas (MPes) possuem um papel fundamental na economia, pois contribuem para o crescimento e desenvolvimento do país, servindo de colchão amortecedor do desemprego (IBGE, 2003). Elas sustentam a geração de empregos na economia, de acordo com dados do SEBRAE (2019a), em janeiro de 2019, gerou 1.375 empregos formais celetistas no Distrito Federal e 60,7 mil no Brasil, enquanto as Médias e Grandes empresas e a Administração pública extinguiram mais de 26 mil empregos juntas.

De acordo com dados do SEBRAE (2018a) as MPes representam, no Brasil, em torno de 98,5% do total de empresas privadas e são responsáveis por 54% do total de empregos formais existentes, além de corresponder a 27% do PIB. Segundo o IBGE (2003), representam uma alternativa de emprego formal ou informal para uma enorme parcela da força de trabalho excedente (que não encontra emprego em empresas maiores e geralmente possuem menor qualificação) e bem como uma alternativa de ocupação para quem deseja desenvolver seu próprio negócio.

1.2 Problema

Qual a percepção dos gestores das micro e pequenas empresas do Núcleo Bandeirante sobre a importância da informação contábil no processo de tomada de decisão?

1.3 Objetivos

1.3.1 *Objetivo Geral*

O objetivo principal da pesquisa é identificar a percepção dos gestores das micro e pequenas empresas do Núcleo Bandeirante sobre a importância da informação contábil no processo de tomada de decisão

1.3.2 Objetivos Específicos

Como objetivos específicos, pretende-se caracterizar o perfil dos gestores e o perfil das empresas entrevistadas, analisar a percepção dos gestores sobre a importância das informações contábeis para a tomada de decisão e analisar ainda a importância atribuída à contabilidade.

1.4 Justificativa

Diante disto, para Crepaldi (2019), as MPEs são geralmente administradas pelos seus próprios sócios, que possuem formação técnica voltada ao seu negócio, porém não tem formação administrativa de gestão, como administração, finanças e economia. Levando assim muitas empresas a falência logo nos primeiros anos de vida.

De acordo com Santos, Dorow e Beuren (2016), as MPEs têm como característica a falta quase completa de instrumentos gerenciais e o processo de tomada de decisão se baseia na experiência, intuição e improvisação, enquanto as informações fornecidas pela contabilidade são de cunho fiscal e trabalhista.

Segundo Moreira *et al.*(2013), cabe ao contador mostrar a relevância da contabilidade para a gestão empresarial, estreitando a relação e conhecendo melhor a vida dos clientes, visto que para Iudícibus e a Marion (2000) a contabilidade é a ferramenta responsável por coletar todos os dados econômicos, mensurando e registrando esses dados e sintetizando em forma de relatórios, auxiliando assim na tomada de decisão. Glautier e Underdown (2001) complementam informando que a qualidade da informação disponível é crucial para a qualidade da tomada de decisão, e um sistema de informação eficiente e adequado é um pré-requisito para o sucesso gerencial.

1.5 Delimitação da pesquisa

Este estudo foi realizado no Núcleo Bandeirante, região administrativa do Distrito Federal, dada a relevância econômica do seu comércio. O enfoque da pesquisa é a análise através da aplicação de questionários estruturados com as Micro e Pequenas empresas, nas Avenidas Central, Segunda e Terceira avenidas.

A amostra da pesquisa foi selecionada por conveniência, não probabilística, devido a dificuldade de acesso aos gestores e excluindo da amostra os Microempreendedores individuais

(MEI), por serem profissionais autônomos não são foco desta pesquisa. A coleta de dados foi realizada entre os meses de abril e maio de 2019.

1.6 Organização do trabalho

Esta pesquisa foi estruturada em 5 capítulos, incluindo esta introdução, sendo eles:

- Referencial teórico: este capítulo apresenta a discussão teórica, tratando inicialmente das Microempresas e empresas de pequeno porte, incluindo um tópico sobre o Simples Nacional; Contabilidade Gerencial e Tomada de decisão; Demonstrações contábeis e as Características qualitativas da informação contábil-financeira útil.
- Metodologia: este capítulo apresenta os parâmetros da pesquisa e subdivide-se nas seções: Classificação da pesquisa; Perfil da amostra e Coleta e tratamento de dados.
- Análise dos resultados: neste capítulo é apresentada a pesquisa realizada e subdivide-se nas seções: Caracterização dos entrevistados; Caracterização das empresas; Utilização dos relatórios contábeis para a tomada de decisão e a importância atribuída à contabilidade.
- Considerações finais: neste capítulo é apresentada a conclusão e sugestões para novas pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Microempresas e empresas de pequeno porte

A definição de Micro e Pequena Empresa (MPE) é feita a partir do seu faturamento, de acordo com a Lei Complementar N°123 de 14 de dezembro de 2006. É considerada microempresa a sociedade empresarial que auferir no ano calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e empresa de pequeno porte a sociedade empresarial que auferir no ano calendário, receita bruta maior que R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00. O limite anterior era de R\$ 3.600.000,00 alterado pela Lei Complementar 155/2016 de 27 de outubro de 2016.

Outro critério de classificação utilizado, segundo o SEBRAE (2018b), é pelo número de empregados, que tem por base o setor econômico e a faixa de empregados das empresas, definindo um limite máximo para microempresa de até 9 pessoas empregadas nos setores de comércio e serviço e até 19 empregados para a indústria; já as pequenas empresas são aquelas que empregam de 10 à 49 pessoas no caso de comércio e serviço, e de 20 à 99 pessoas para a indústria, conforme mostra a tabela abaixo:

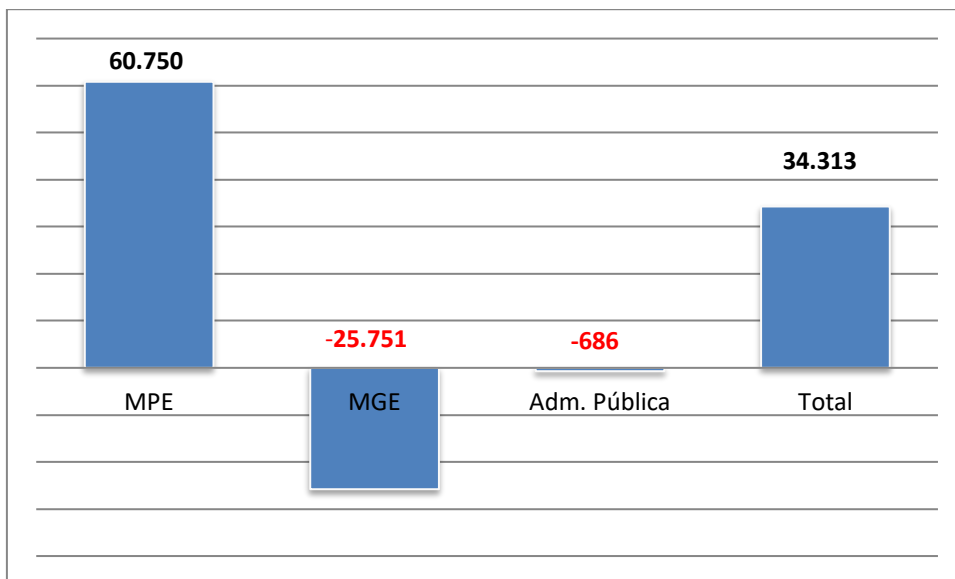
Tabela 1 – Classificação dos estabelecimentos segundo porte

Porte	Setores	
	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresa	até 19 pessoas ocupadas	até 9 pessoas ocupadas
Pequena empresa	de 20 à 99 pessoas ocupadas	de 10 à 49 pessoas ocupadas

Fonte: SEBRAE/ DIEESE (2018b), adaptado

As MPEs possuem um papel fundamental na economia, pois são responsáveis pela geração de renda e postos de empregos. Conforme SEBRAE (2018b), dos 6.910.393 estabelecimentos registrados no Brasil em 2016, 6.844.362 são Micro e pequenas empresas, representando 99%. Segundo SEBRAE (2019a) em janeiro de 2019 só no Distrito Federal foram gerados 1.375 empregos formais celetistas, enquanto no Brasil geraram 60,7 mil; já as MGE (Médias e Grandes empresas) extinguiram 25,7 mil empregos e a administração pública extinguiu 686 empregos, somando esses saldos foram gerados um total de 34, 3 mil empregos no país, sendo assim as MPEs sustentam a geração de empregos na economia. Conforme mostra o gráfico 1:

Gráfico 1 - Saldo líquido de empregos gerados em janeiro/2019



Fonte: SEBRAE (2019a)

De acordo com Santos, Dorow e Beuren (2016), as microempresas e empresas de pequeno porte (MPEs) têm como característica a falta quase completa de instrumentos gerenciais e o processo de tomada de decisão dos gestores se baseia na experiência, intuição e improvisação. Os escritórios de contabilidade deixam de fornecer informações que auxiliam na gestão da empresa e focam no fornecimento de informações de cunho fiscal e trabalhista.

Segundo Rodrigues, Lopes e Carlos (2015), os gestores das Microempresas (MEs) em geral focam completamente a parte operacional, mostrando uma administração do negócio pouco profissional. Os gestores dessas empresas por não possuírem conhecimento de técnicas matemáticas e planejamento, acabam tomando suas decisões baseadas somente na intuição.

A tomada de decisão não pode ser subsidiada por intuição, a principal aptidão peculiar ao bom administrador é a capacidade de transformar as informações em ações. Os demonstrativos contábil/financeiros possibilitam gerar projeções que podem ser de extrema importância para o alcance das metas estabelecidas, inserido neles estão informações sobre a situação econômica, financeira e patrimonial da instituição que servirão como suporte para as decisões a curto, médio e longo prazo. (RODRIGUES, LOPES E CARLOS, 2015 p. 7)

Santos e Veiga (2014) corroboram com o exposto, informando que as MPEs enfrentam muitos desafios, a começar pelo número expressivo de empresas que vão a falência anualmente no Brasil. Os principais motivos são:

- Falta de uma gestão adequada e/ou preparo dos gestores;

- Falta ou dificuldade em obter crédito nas instituições financeiras;
- Problemas de ordem fiscal ou tributária.

Moreira *et al.* (2013) complementam informando que as MPes vem apresentando altos índices de mortalidade, sobretudo nos dois primeiros anos de funcionamento e cabe ao contador demonstrar a relevância da contabilidade para a gestão empresarial, estreitando a relação e conhecendo melhor a vida dos clientes. A gestão da informação pode melhorar os pontos deficitários, com base em dados em que muitas vezes já estão disponíveis e não são explorados.

Apesar disso, para Bittar, Serio e Vasconcellos (2018), as MPes apresentam grande capacidade de inovação em seus processos e tecnologias, fazendo com que grande parte das empresas obtenha sucesso na gestão das mesmas. O processo inovador dar-se-á de acordo com o grau de conhecimento do gestor, associado com as características sociais e econômicas da empresa. A prática da inovação é bem característica de empresas desse porte, realizada através de processos informais diários e restritos.

2.1.1 *Simples Nacional*

O Simples Nacional foi instituído por meio da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, também conhecida como Lei Geral das Microempresas e Empresas de pequeno porte. Segundo SEBRAE (2019b), o Simples tem como objetivo “contribuir para o desenvolvimento e a competitividade das microempresas e empresas de pequeno porte brasileiras, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia”.

De acordo com SEBRAE (2018c), ela foi criada para regulamentar um tratamento favorecido, simplificado e diferenciado para as MPes, como dispõe a Constituição Federal. Para as micro e pequenas empresas, ela abrange o recolhimento único de arrecadação de oito impostos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, Programa de Integração Social/ Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, Imposto Sobre Produtos Industrializados, Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços e Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Dentre os principais benefícios advindos do Simples Nacional, de acordo com o SEBRAE (2019b), estão:

- Simplificação e desburocratização;

- Facilidade de acesso ao mercado;
- Facilidade para obtenção de crédito e à justiça;
- Estímulo à inovação e à exportação.

Araújo *et al.* (2018) pontuam que devido à grande importância e número de MPEs no Brasil e ao baixo potencial arrecadatório, o Simples tem o cuidado de não onerar em excesso empresas desse porte, de modo a não comprometer a sua sobrevivência.

2.2 Contabilidade Gerencial

A Contabilidade gerencial está associada ao surgimento do capitalismo industrial, pois foi na Revolução Industrial do século XVIII que a contabilidade se desenvolveu como uma ferramenta de gestão. Nessa época foram desenvolvidas as primeiras técnicas relevantes de custeio como as guias para as decisões de gestão. Apesar disso, o uso das informações contábeis como ferramenta de gestão ocorreu de fato no início do século XX. A origem da gestão moderna, com ênfase em informações detalhadas para a tomada de decisões impulsionou o desenvolvimento da contabilidade gerencial nas primeiras décadas do século XX e expandiu consideravelmente os limites da contabilidade e com isso ampliou seu foco, desde o registro e análise de transações financeiras até o uso de informações para decisões que afetariam o futuro. A contabilidade gerencial contribuiu de maneira significativa para o sucesso com o qual o capitalismo moderno conseguiu expandir a escala de produção e elevar os padrões de vida (Glautier e Underdown, 2001).

De acordo com Crepaldi (2019), a contabilidade gerencial é um ramo da contabilidade que tem como objetivo fornecer informações úteis e relevantes aos administradores de empresas que auxiliem em suas funções gerenciais e na tomada de decisões. Garantindo assim que a administração possa tomar as decisões estratégicas a longo prazo mais acertadas, e também mantenham um enfoque permanente nas informações sobre o que deve ser realizado no presente.

Para Garrison, Noreen e Brewer (2013), a Contabilidade financeira trata do fornecimento de informações que enfatizam as atividades passadas, a objetividade, a verificabilidade, a precisão e o desempenho da empresa para os usuários externos, como acionistas, credores e reguladores. Já a Contabilidade gerencial trata acerca do fornecimento de informações para o usuário interno, ou seja, atende às necessidades dos gerentes dentro da

organização, ressaltando as decisões que afetam o futuro, a relevância e execução das tarefas dentro do prazo, ajudando assim os gerentes em basicamente três atividades:

- Planejamento: essa atividade visa estabelecer objetivos e como atingi-los. No planejamento, o orçamento, um plano detalhado para o futuro, costuma ser uma ferramenta muito utilizada.
- Controle: essa atividade trata do *feedback* como forma de assegurar que o que foi planejado será devidamente executado e corresponderá às expectativas da empresa, e caso contrário alterá-las. Parte desse processo compreende ainda a preparação de relatórios de desempenho, que compara o que foi orçado com o que ocorreu de fato, como forma de identificar e aprender com o desempenho satisfatório e identificar e eliminar quando o desempenho não for satisfatório.
- Tomada de decisões: a capacidade de tomar decisões é provavelmente a habilidade gerencial mais básica, que se trata de fazer escolhas adequadas baseadas nos dados disponíveis.

A informação fornecida pela Contabilidade gerencial, segundo Kaplan e Atkinson (1998), desempenha várias funções importantes nas organizações, como auxílio aprimorado para as tomadas de decisões, orienta o desenvolvimento das estratégias, avalia as estratégias já existentes e concentra os esforços relacionados a melhoria do desempenho organizacional.

2.3 Tomada de decisão

De acordo com Glautier e Underdown (2001), a tomada de decisão tem recebido muita atenção nos últimos anos, isso se deve ao fato da gestão e a tomada de decisões estarem intrinsecamente ligadas, pois inevitavelmente há pouca ou nenhuma atividade gerencial que não envolva a tomada de decisão de algum modo. Tendo em vista que a qualidade da informação disponível é crucial para a qualidade da tomada de decisões, um sistema de informação eficiente e adequado é um pré-requisito para o sucesso gerencial.

Para Iudícibus e Marion (2000), a contabilidade é a ferramenta responsável por coletar todos os dados econômicos, mensurando e registrando esses dados e sintetizando em forma de relatórios, auxiliando assim a administração na tomada de decisão. Todavia, as decisões tomadas sem respaldo e dados confiáveis levam cada vez mais empresas, sobretudo as de menor porte, a enfrentar problemas de sobrevivência e muitas vezes a falência.

Ainda de acordo com Iudícibus e Marion (2000), a tomada de decisão decorrente das demonstrações contábeis não se restringe somente ao ambiente interno da entidade, mas englobam outros segmentos, tais como:

- Investidores: Por meio das demonstrações, o investidor poderá decidir quais as melhores alternativas de investimento;
- Fornecedores de bens e serviços de crédito: Fazem uso das demonstrações para analisar a capacidade de solvência dos clientes;
- Bancos: Recorrem às demonstrações para aprovar empréstimos, definir limite de crédito, entre outros;
- Sindicatos: Usam os demonstrativos para estipular a produtividade do setor e também como fator principal para reajuste de salários;
- Outros interessados: Órgão de classe e diversos institutos (como a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e o Conselho Regional de Contabilidade - CRC), concorrentes, entre outros.

Conforme Garrison, Noreen e Brewer (2013), de modo geral, a maior parte das decisões gira em torno de basicamente três perguntas: O que devemos vender? A quem devemos atender? Como devemos proceder? Como mostra a tabela abaixo:

Tabela 2 - Exemplos de tomada de decisão

O que devemos vender?	A quem devemos atender?	Como devemos proceder?
Quais produtos e serviços devem ser o foco dos nossos esforços de marketing?	Quem deveria ser o foco de nossos esforços de marketing?	Como devemos fornecer nossos produtos e serviços?
Quais novos produtos e serviços devemos oferecer?	A quem deveríamos começar a atender?	Como devemos expandir nossa capacidade?
Quais preços devemos cobrar por nossos produtos e serviços?	Quem deveria pagar preços mais altos ou receber descontos?	Como devemos reduzir nossa capacidade?
Quais produtos e serviços devemos descontinuar?	A quem deveríamos parar de atender?	Como devemos melhorar nossa eficiência e eficácia?

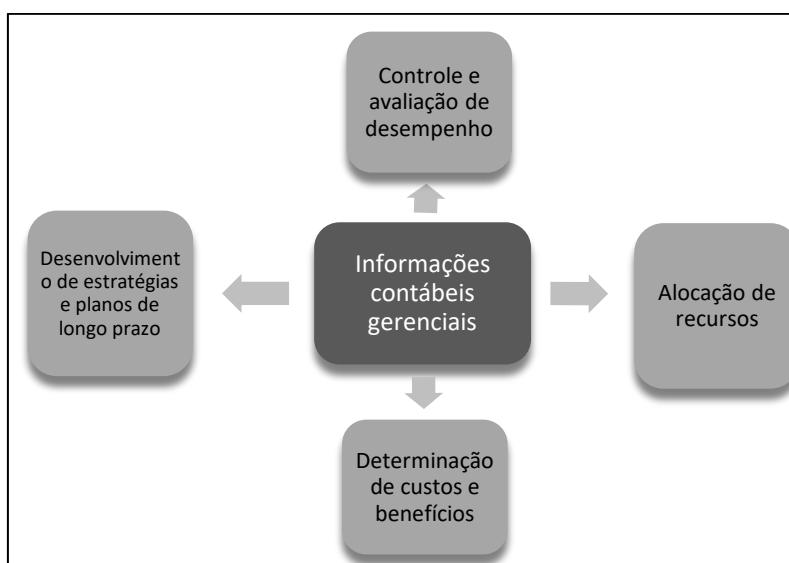
Fonte: Garrison, Noreen e Brewer (2013)

Com base nessa tabela podemos perceber que toda empresa deve tomar decisões entre oportunidades concorrentes de melhoria, na primeira coluna indica as decisões relacionadas aos produtos e serviços vendidos, a segunda coluna aponta que as entidades devem tomar decisões

baseadas nos clientes que atendem, enquanto na terceira coluna assinala que as empresas tomam decisões baseadas em seus procedimentos.

Para Atrill e McLaney (2014), a contabilidade gerencial é uma espécie de serviço prestado para os gestores, que podem ser considerados “clientes”, cabendo à ela fornecer as informações úteis para esses “clientes”. Isto posto, as informações gerenciais são necessárias para ajudar os gestores a tomar decisões em quatro grandes áreas, conforme a figura abaixo:

Figura 1 - Decisões gerenciais que demandam informações gerenciais contábeis



Fonte: Atrill e McLaney (2014)

- **Desenvolvimento dos objetivos e planos:** As informações contábeis gerenciais serão utilizadas para o desenvolvimento dos objetivos e estratégias, bem como para a geração dos planos financeiros que definirão os prováveis resultados advindos de determinadas estratégias adotadas, cabendo aos gestores a responsabilidade de estabelecê-las. Baseados nessas informações os gestores estarão aptos a escolher a melhor estratégia.
- **Controle e Avaliação de desempenho:** Informações contábeis gerenciais são importantes para auxiliar no acompanhamento do desempenho da empresa. É importante haver controles que favoreçam de tal forma que o desempenho real seja condizente com aquele planejado. Dessa forma os resultados planejados serão confrontados com os realizados, a fim de analisar a *performance*. Havendo grande disparidade entre ambos os resultados, faz-se necessário avaliar e corrigir os problemas encontrados.

- **Alocação de recursos:** Diante da escassez de recursos disponíveis das empresas, se faz necessário um acompanhamento contínuo por parte dos gestores, a fim de garantir a efetividade no seu uso.
- **Determinação dos custos e benefícios:** A contabilidade gerencial pode auxiliar os gestores ao fornecer informações sobre custos e benefícios, pois muitas das decisões gerenciais demandam esse conhecimento para se adotar uma determinada linha de ação.

2.4 Demonstrações Contábeis

O CPC 26 (R1) define as demonstrações contábeis como:

Uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados (CPC 26 R1, 2011, p.5 e 6).

De acordo com Iudícibus (2017), os relatórios contábeis são elaborados e apresentados para usuários externos em geral, conforme sua necessidade e finalidade. Eles podem ser obrigatórios ou não. As demonstrações contábeis obrigatórias são assim denominadas devido à obrigatoriedade por lei da sua publicação, para fins de comparabilidade deverão ser publicadas com os valores das demonstrações dos exercícios anteriores.

As demonstrações das Sociedades por Ações são regidas pelo artigo 176 da Lei 6.404/1976. O artigo estabelece que ao fim de cada exercício social, a entidade deverá elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio e as mutações ocorridas no exercício, as seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Demonstração do Valor Adicionado, para as companhias abertas.

Já as demonstrações contábeis não obrigatórias, ainda de acordo com Iudícibus (2011), não possuem imposição legal quanto a sua publicação e são destinadas para as sociedades

limitadas e demais sociedades comerciais, tidas como empresas de pequeno e médio porte (PME). Apesar da publicação não ser obrigatória, a elaboração do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício e das notas explicativas é obrigatória de acordo com a CPC PME para as pequenas e médias empresas e pela Resolução CFC 1.418/2012 para as microempresas e empresas de pequeno porte cuja receita bruta anual não exceda R\$ 4,8 milhões.

As PMEs muitas vezes produzem demonstrações contábeis apenas para o uso de proprietários-administradores ou apenas para o uso de autoridades fiscais ou outras autoridades governamentais. Demonstrações contábeis produzidas apenas para esses propósitos não são, necessariamente, demonstrações contábeis para fins gerais. (CPC PME, 2009, p.3)

Dentre as demonstrações contábeis, conforme Marion (2009) cabe destaque para o Balanço Patrimonial e a DRE - Demonstração do Resultado do Exercício, pois através deles é evidenciada de forma objetiva a situação financeira e econômica da entidade.

O Balanço Patrimonial é uma demonstração sintética e ordenada que apresenta, em determinada data, as contas patrimoniais agrupadas de acordo com a natureza dos bens, direitos e obrigações (Crepaldi, 2003). Matarazzo (2010) acrescenta que o Balanço Patrimonial mostra a origem e aplicação dos recursos da entidade, onde o Passivo e Patrimônio Líquido são as fontes de recursos usadas para a empresa operar e o Ativo, enquanto bem e direito, é onde os recursos estão investidos.

Para Assaf Neto (2014), o Balanço Patrimonial é dividido em Ativo, Passivo Exigível e Patrimônio Líquido. O Ativo e Passivo são classificados como Circulante e Não Circulante. O Ativo Não Circulante é constituído por Realizável a Longo Prazo, Investimento, Imobilizado e Intangível. O Passivo Não Circulante compreende o Exigível a Longo Prazo e o Patrimônio Líquido. Conforme mostra a tabela abaixo:

Tabela 3 - Balanço Patrimonial

ATIVO	PASSIVO + Patrimônio Líquido
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Disponibilidade	Empréstimos e financiamentos
Aplicações Financeiras	Debêntures
Clientes	Fornecedores
(-) Duplicatas descontadas	Impostos e valores a recolher
Outros créditos	Outras obrigações a pagar
(-) Prov. para crédito de liquidação duvidosa	Provisões
Estoque	Passivo Não Circulante
Despesas antecipadas	Passivo Exigível a Longo Prazo
Ativo Não Circulante	Empréstimos e financiamentos
Ativo Realizável a Longo Prazo	Debêntures
Créditos diversos	Outras obrigações e provisões
Ativo Permanente	Patrimônio Líquido
Investimentos	Capital social integralizado
Imobilizado	Reservas de Capital
Intangível	Reservas de lucros
	Ajuste de Avaliação Patrimonial
	(-) Ações em tesouraria

Fonte: Assaf Neto (2014)

Ainda segundo Crepaldi (2003), o Balanço Patrimonial é importante, pois possibilita às partes interessadas conhecer a situação patrimonial e fazer a análise de suas mutações e configurações; e através da análise identificar e antecipar problemas, avaliar alternativas e identificar maneiras de fortalecer e prosperar. As exigências e finalidades do Balanço Patrimonial são as seguintes:

- Cumprimento de disposição legal;
- Cumprimento à legislação tributária;
- Subsidio a administração;
- Informação econômico-financeira ao mercado.

A DRE - Demonstração do Resultado do Exercício, como descrito por Crepaldi (2003) é um resumo ordenado que exhibe em determinado período os saldos finais dos movimentos das contas de resultado (receita e despesa), é apresentada de acordo com o método dedutivo, iniciando com a receita bruta, deduzindo os custos e despesas incorridas, até se chegar no resultado do período. Para Assaf Neto (2014), ela tem a finalidade exclusiva de apurar o lucro

ou prejuízo do exercício. A DRE compreende as receitas, despesas, ganhos e perdas do exercício, conforme mostra a seguinte tabela:

Tabela 4 - Demonstração do Resultado do Exercício

Receita Bruta de Venda de Bens e Serviços
(-) Impostos sobre vendas
(-) Devoluções, Descontos Comerciais e Abatimentos
Receita Líquida
(-) Custos dos Produtos e Serviços Vendidos
Lucro Bruto
(-) Despesas de Vendas
(-) Despesas Gerais e Administrativas
(-) Despesas Financeiras Líquidas
(-) Outras Despesas Operacionais
(+) Outras Receitas Operacionais
Lucro antes do Imposto de Renda
(-) Provisão para o Imposto de Renda
(-) Participações de Debêntures, Empregados, Administradores e Partes
Beneficiárias
Lucro Líquido do Exercício
Lucro Líquido do Exercício

Fonte: Assaf Neto (2014)

Iudícibus e Marion (2000), afirmam que as micro e pequenas empresas por não necessitarem de um maior nível de detalhamento para a tomada de decisão, podem adotar um modelo simplificado da DRE sem precisar destacar os principais grupos de despesas.

2.5 Características qualitativas da informação contábil-financeira útil

Conforme já mencionado, de acordo com Atrill e McLaney (2014), a contabilidade gerencial é uma espécie de serviço prestado para os gestores, que são tidos como “clientes”. Uma forma de medir a qualidade desse serviço seria pelo grau em que as necessidades dos gestores foram supridas. Desse modo, as informações contábeis devem ter determinadas qualidades para tornarem-se úteis.

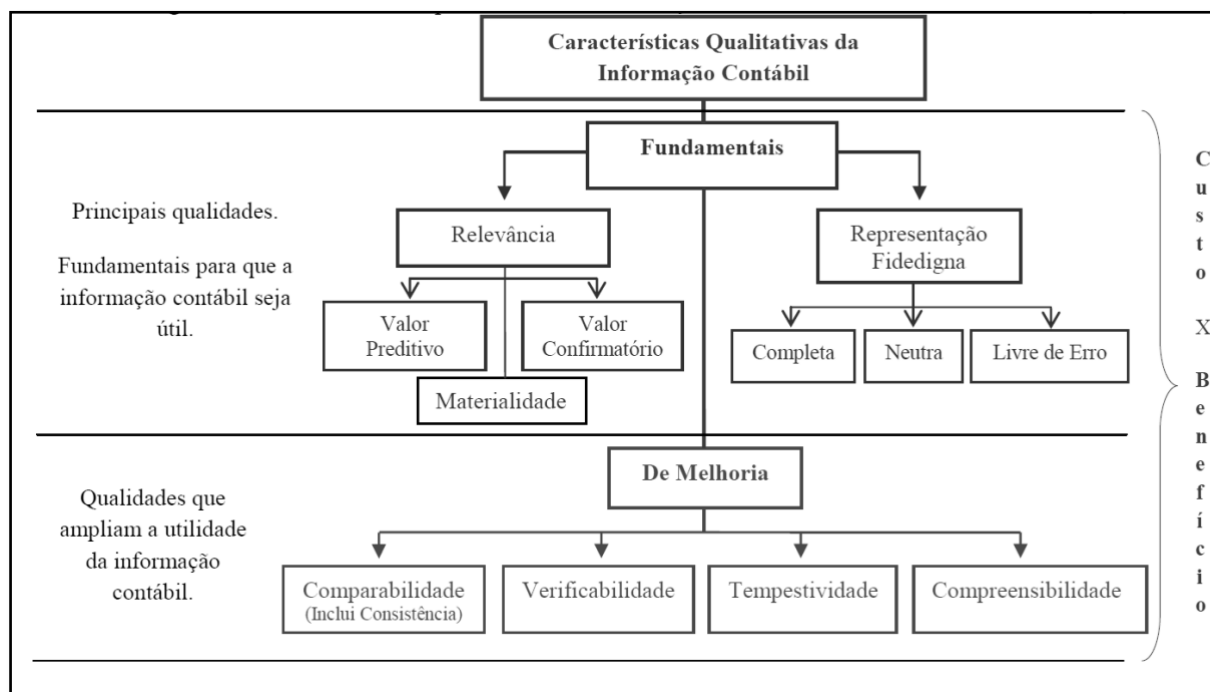
O *Statement of Financial Accounting Concepts* (SFAC) nº2, emitido pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB), descreve as características qualitativas da informação contábil, o seu propósito é examinar as características que fazem a informação contábil ser útil.

O Pronunciamento técnico CPC 00 (R1, 2011), por sua vez, trata da estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro, apresentando as características qualitativas da informação contábil-financeira útil, foi elaborado pelo Comitê De Pronunciamentos Contábeis (CPC) conjuntamente pelo IASB (*International Accounting Standards Board*) e pelo FASB, tendo como um dos objetivos a convergência das normas brasileiras às internacionais.

Conforme Martins (2012), para que a informação contábil seja útil para a tomada de decisão não basta que ela esteja disponível, devem ter algumas propriedades que sustentem e garantam a utilidade da informação. Essas propriedades são denominadas de características qualitativas da informação.

Complementando o autor supracitado, o CPC 00 (R1, 2011), define que para a informação contábil-financeira ser útil, é necessário ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar (características qualitativas fundamentais) e ainda a utilidade da informação é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível (características qualitativas de melhoria), como mostra a figura 2:

Figura 2 - Características qualitativas da informação contábil-financeira útil - CPC 00 (R1)



Fonte: Martins (2012)

De acordo com o CPC 00 (R1, 2011):

Características qualitativas fundamentais:

- **Relevância:** Se refere à capacidade da informação fazer a diferença na tomada de decisão, para ser relevante ela deve possuir:
 - Valor preditivo: Fornece informações para prever resultados futuros;
 - Valor confirmatório: Fornece informações sobre eventos passados.
- **Materialidade:** Se refere à informação relevante cuja omissão ou divulgação distorcida é capaz de influenciar a decisão, entretanto não se pode especificar um limite quantitativo para materialidade ou definir o que é material para determinada situação particular.
- **Representação fidedigna:** As informações contábil-financeiras precisam refletir com precisão o fenômeno que se propõe representar. Para as informações possuírem representação fidedigna, precisam ter três atributos:
 - Completa: o retrato da realidade econômica completo não deve excluir nenhuma informação necessária para que o usuário entenda o fenômeno retratado;
 - Neutra: A informação contábil financeira é livre de viés em sua seleção ou apresentação, de modo que não se tenha nenhum tipo de manipulação para a informação não ser recebida de modo favorável ou desfavorável pelos seus usuários;
 - Livre de erro: A informação é livre de erros e considerada fidedigna, porém um retrato da realidade econômica livre de erros não significa exatidão em todos os aspectos.

Características qualitativas de melhoria:

- **Comparabilidade:** é a característica que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades e diferenças entre os itens de um período para o outro ou de uma empresa com as de outras.
- **Verificabilidade:** esta característica torna possível assegurar aos usuários que a informação fornecida é fidedigna em relação ao fenômeno econômico representado. A verificabilidade implica no fato de que observadores distintos e independentes podem chegar a um consenso (que não significa plena concordância) no tocante a um panorama econômico ser uma representação fidedigna. Vale frisar que informações quantificáveis não requerem ser o único ponto considerado para ser verificável.

- Tempestividade: é a característica que significa a rapidez com que a informação está disponível para usuários de informações contábeis, de modo que esteja disponível a tempo de poder influencia-los em suas decisões.
- Compreensividade: compreensão é a característica em que a informação é fornecida com clareza e concisão de modo a torna-la compreensível.

O CPC 00(R1, 2011) aborda ainda a restrição de custo na elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro útil, informando em suma que o processo de elaboração e divulgação das demonstrações impõe custos, que é uma restrição constante, porém os benefícios gerados pela divulgação da informação devem ser maiores que o custo da sua obtenção.

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

Conforme Vergara (2016), a pesquisa pode ser caracterizada por dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios de investigação. Sendo assim essa pesquisa, quanto aos fins, é definida como descritiva e quanto aos meios de investigação, como pesquisa de campo e bibliográfica. Para Gil (2017), pode ainda ser classificada em qualitativa e quantitativa, conforme a natureza dos dados.

De acordo com Richardson (2017), a pesquisa de campo ou levantamento, é uma investigação quantitativa, de atitudes ou de opinião de uma população, realizada através de questionários ou entrevistas estruturadas para a coleta de dados. Gil (2017) acrescenta informando que esse tipo de pesquisa é caracterizado pela interrogação direta da população que se deseja investigar o comportamento, consistindo basicamente na captação de um número considerável de respondentes sobre o problema pesquisado, para então proceder com a análise dos dados coletados e enfim concluir sobre os dados coletados. Quanto aos meios de investigação a pesquisa se caracteriza ainda como bibliográfica, para Gil (2017), ela é baseada em material publicado como livros, revistas, jornais, teses, entre outros. Praticamente toda pesquisa exige uma seção dedicada a revisão bibliográfica, a fim de proporcionar sustentação teórica ao trabalho.

Em relação à finalidade da pesquisa, é definida como descritiva, posto que foi realizada a análise dos dados coletados dos questionários a respeito da percepção dos gestores sobre a utilização das demonstrações contábeis para tomada de decisão. Sendo assim, para Gil (2017), “As pesquisas descritivas têm como objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno”. Michael (2015) complementa que ela verifica, descreve e explica problemas, fatos ou fenômenos da vida real, da forma mais precisa possível. O seu objetivo é explicar os fenômenos e relaciona-los com o ambiente. Richardson (2017) acrescenta ainda que ela pode tratar de aspectos amplos da sociedade, como o levantamento da opinião e atitude da população e a caracterização do funcionamento de organizações.

Por fim, conforme a natureza dos dados dessa pesquisa se classifica em quantitativa e qualitativa, visto que os dados advindos dos questionários foram tratados através de técnicas estatísticas, além disso, foi analisada a utilização das demonstrações contábeis por meio dos gestores para a tomada de decisão. Conforme Michael (2015) a pesquisa quantitativa se baseia na coleta e tratamento dos dados através de técnicas estatísticas, como percentual e média,

Para elaboração da pesquisa foi formulado um questionário estruturado composto por 17 questões, divididas em três partes: caracterização do entrevistado, caracterização da empresa e o questionário geral que tem por finalidade analisar a percepção dos gestores sobre a importância das demonstrações contábeis para a tomada de decisão e a importância atribuída a contabilidade.

Primeiramente foi realizado um pré-teste aplicando 10 questionários, para verificar a consistência e se atendia aos objetivos da pesquisa, após isso foram feitos alguns ajustes, para adequação. As respostas obtidas foram tabuladas e analisadas através do Excel.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Nesse capítulo apresenta-se as principais análises e resultados obtidos com a aplicação dos questionários nas micro e pequenas empresas situadas no Núcleo Bandeirante-DF, conforme descrito no capítulo 3 que aborda a metodologia da pesquisa. Este capítulo se inicia com a caracterização dos entrevistados, em seguida a caracterização da empresa e então o questionário geral que visa analisar a percepção dos gestores sobre a importância das demonstrações contábeis para a tomada de decisão e a importância atribuída à contabilidade.

4.1 Caracterização dos entrevistados

Essa seção compreende as questões de 1 a 5 do questionário, nela é destacada algumas características dos entrevistados, como a função que desempenha na empresa, o seu grau de escolaridade, a idade, sexo e quanto tempo tem de atuação.

Tabela 5 - Função desempenhada na empresa x grau de escolaridade

Função desempenhada	Grau de escolaridade				Total
	Ensino fundamental completo	Ensino médio completo	Ensino Superior completo	Pós Graduação	
Proprietário/ Sócio	3,1%	37,5%	37,5%	9,4%	87,5%
Gerente/ Administrador		6,3%	3,1%	3,1%	12,5%
Total	3,1%	43,8%	40,6%	12,5%	100,0%

Fonte: Elaboração própria

Conforme a tabela 5 os questionários foram respondidos em grande maioria pelos proprietários/sócios das empresas, correspondendo um total de 87,5% e somente 12,5% por Gerentes/ administradores. A tabela mostra ainda que as empresas entrevistadas são geridas predominantemente por concluintes do ensino médio, correspondendo 43,8% do total, enquanto 40,6% possuem nível superior, 12,5% possuem pós graduação e 3,1% o ensino fundamental.

A tabela 6 apresenta a relação entre a faixa etária e o tempo de atuação. Podemos observar que dos entrevistados a maior parte, 37,5% se concentra na faixa etária de 41 a 50 anos, seguida de 21,9% de 31 à 40 anos. Quanto ao tempo de atuação 34,4% possui de 11 a 20 anos de experiência no mercado e 40,6% possui 21 anos ou mais, sendo este composto em sua maioria pelos entrevistados que tem idade de 41 a 50 anos.

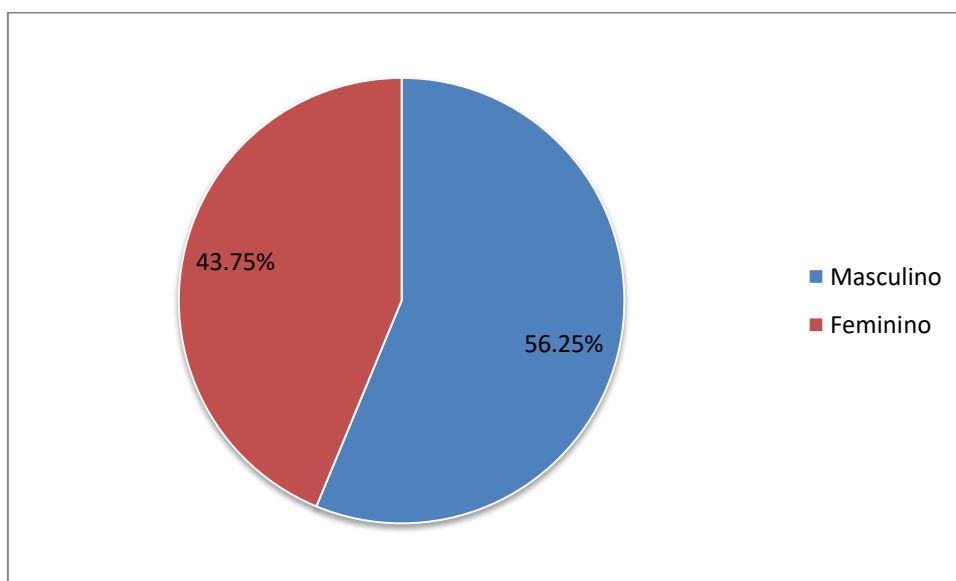
Tabela 6 - Faixa etária x tempo de atuação dos entrevistados

Faixa Etária	Tempo de atuação				Total
	5 anos ou menos	6 a 10 anos	11 a 20 anos	21 anos ou mais	
30 anos ou menos	6,3%	6,3%	3,1%		15,6%
31 a 40 anos	3,1%	3,1%	9,4%	6,3%	21,9%
41 a 50 anos		3,1%	18,8%	15,6%	37,5%
51 a 60 anos	3,1%		3,1%	6,3%	12,5%
61 anos ou mais				12,5%	12,5%
Total	12,5%	12,5%	34,4%	40,6%	100,0%

Fonte: Elaboração própria

O gráfico 2 apresenta o sexo dos entrevistados, onde o mercado ainda apresenta majoritariamente a presença do homem como empreendedor, 56,25% é do sexo masculino e 43,75% feminino. De acordo com o Anuário da mulher empreendedora do SEBRAE (2015), em 2013 no Distrito Federal, a distribuição das Microempresas era 68,2% composto por homens e apenas 31,8% de mulheres, demonstrando que de lá para cá, houve um crescimento da participação feminina na gestão das empresas.

Gráfico 2 – Sexo dos entrevistados



Fonte: Elaboração própria

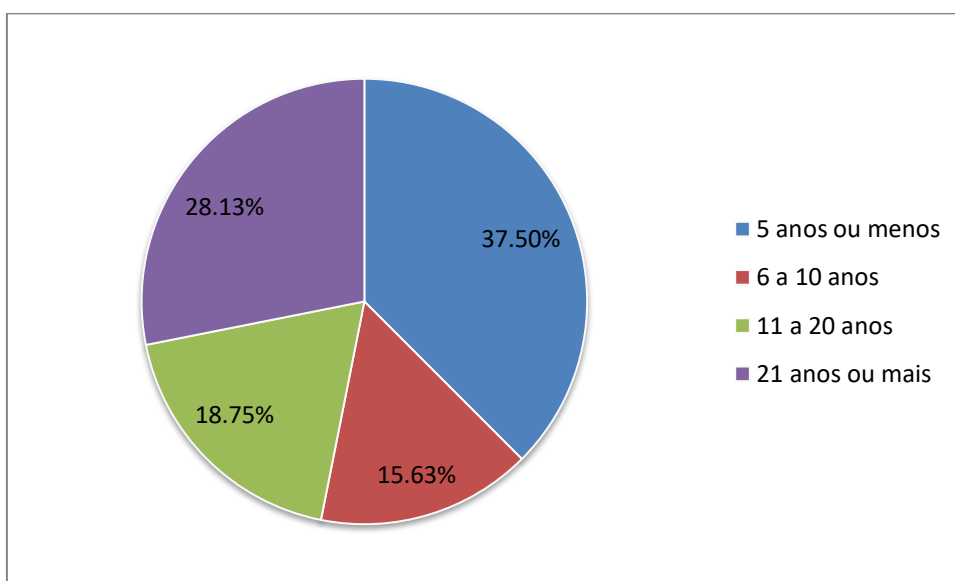
4.2 Caracterização das empresas

Nessa seção são destacadas as características das empresas, como o tempo de funcionamento, quantidade de empregados, faturamento anual, setor de atuação, regime tributário e se a contabilidade é interna ou externa, compreende as questões de 6 a 11.

Conforme mostra o gráfico 3, 37,50% das empresas entrevistadas possuem até 5 anos de existência, 15,63% de 6 a 10 anos, 18,75% de 11 a 20 anos e 28,13% mais de 21 anos.

Como podemos observar a maior parcela das empresas entrevistadas possuem menos de 5 anos de funcionamento, e conforme discutido anteriormente, são elas que estão sujeitas a enfrentar os maiores desafios, pois nos primeiros anos de funcionamento o índice de mortalidade das MPEs é alto e geralmente o responsável pela falência é o gestor e o tipo de administração empregada.

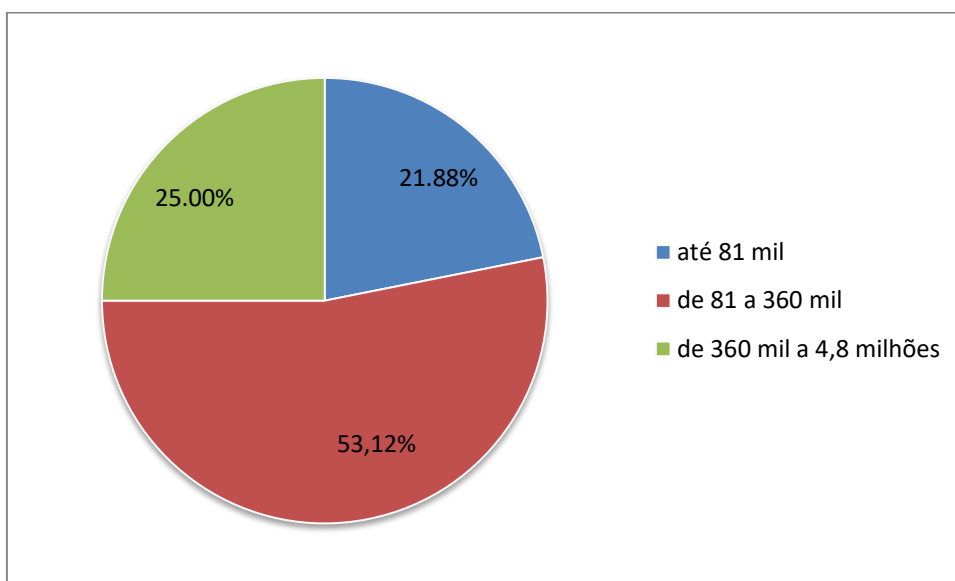
Gráfico 3 - Tempo de funcionamento da empresa



Fonte: Elaboração própria

De acordo com as respostas dadas pelos entrevistados, 21,88% das empresas faturam anualmente até 81 mil reais e 53,13% delas faturam de 81 a 360 mil reais, sendo essas enquadradas como microempresas, enquanto apenas 25% são empresas de pequeno porte, faturando de 360 mil a 4,8 milhões, conforme a Lei Complementar nº 123/2006 que institui sobre o Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Sendo assim do total da amostra 75,00% são Microempresas, representando um importante papel, pois são responsáveis pela geração de renda e postos de trabalho na economia do país.

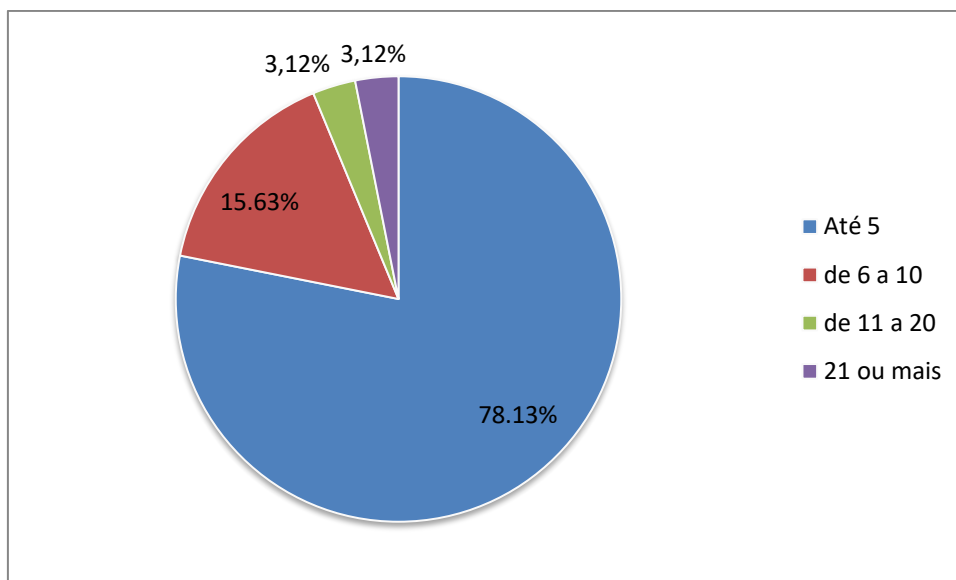
Gráfico 4 - Faturamento anual estimado



Fonte: Elaboração própria

Em relação à quantidade de empregados, 78,13% das MPEs entrevistadas possuem até 5 empregados, 15,63% de 6 a 10 empregados, 3,13% de 11 a 20 e 3,13% mais de 21. De acordo com o critério de classificação que tem por base a faixa de empregados das empresas (se utilizado esse critério), apenas 6,24% da amostra se enquadra como Pequena Empresa por possuir até 9 empregados, visto que na amostra não possui nenhuma indústria, e os 93,76% restante seriam classificados como Microempresas.

Gráfico 5 - Quantidade de empregados



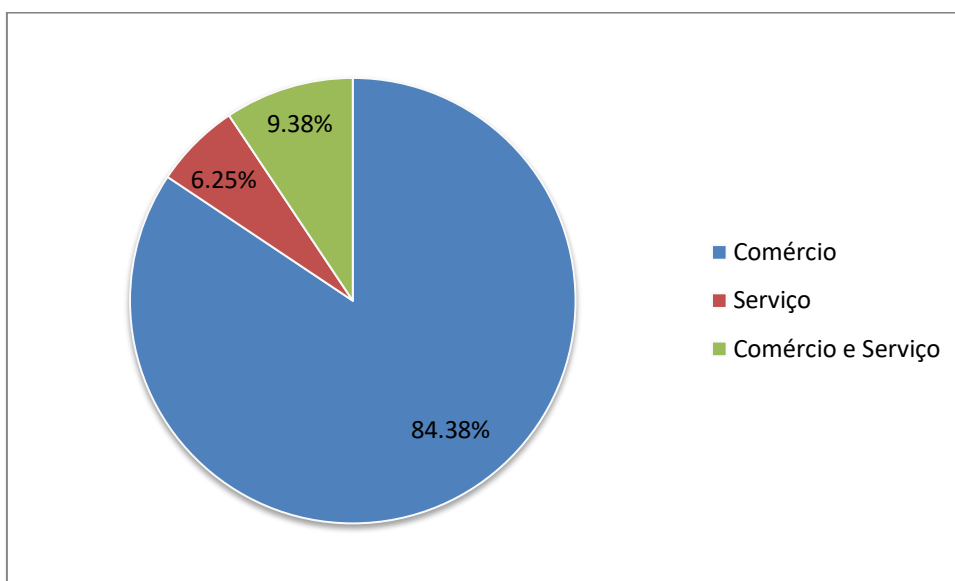
Fonte: Elaboração própria

Em 2016, conforme o SEBRAE (2018b), do total de 110.916 pequenos negócios do Distrito Federal, 41.805 eram de comércio e 56.040 eram prestadores de serviço.

A questão que abordou o setor de atuação apontou que 84,38% das empresas entrevistadas atuam com o comércio, 9,38% com comércio e serviço e apenas 6,25% com a prestação de serviços.

Isso se deve ao fato do comércio no Núcleo Bandeirante ser forte, além da amostra selecionada ter sido feita por conveniência e não probabilística e muitas empresas de serviço contatadas se recusaram a responder a pesquisa.

Gráfico 6 - Setor de atuação

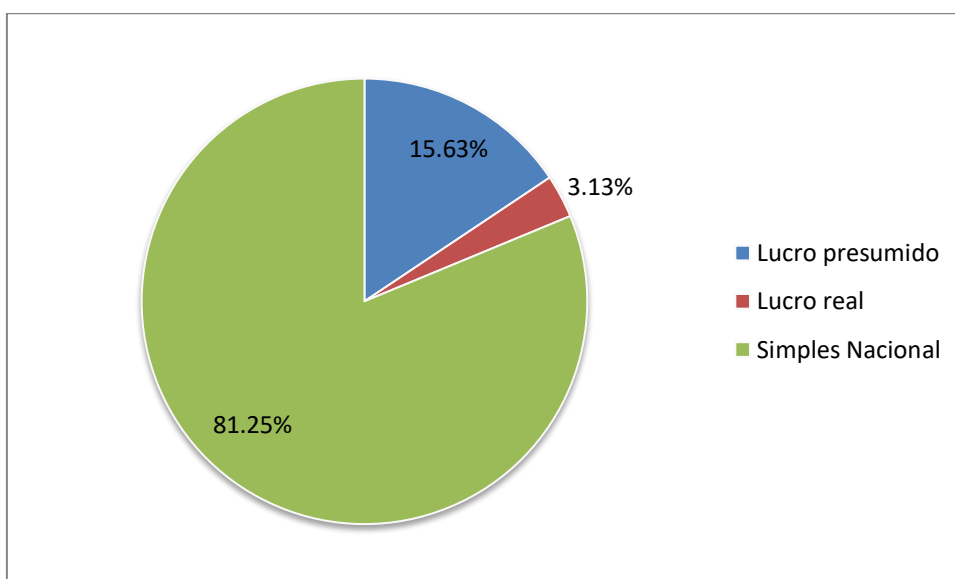


Fonte: Elaboração própria

Quanto ao regime tributário, 81,25% são optantes pelo Simples Nacional, 15,63% do lucro presumido e somente 3,13% do lucro real. Isso se deve ao fato do Simples facilitar tanto a apuração e cobrança dos impostos, quanto o planejamento tributário.

O Simples tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento e a competitividade das microempresas e empresas de pequeno porte do Brasil, simplificando e desburocratizando, com o cuidado de não onerar em excesso as MPEs, para não comprometer a sua sobrevivência.

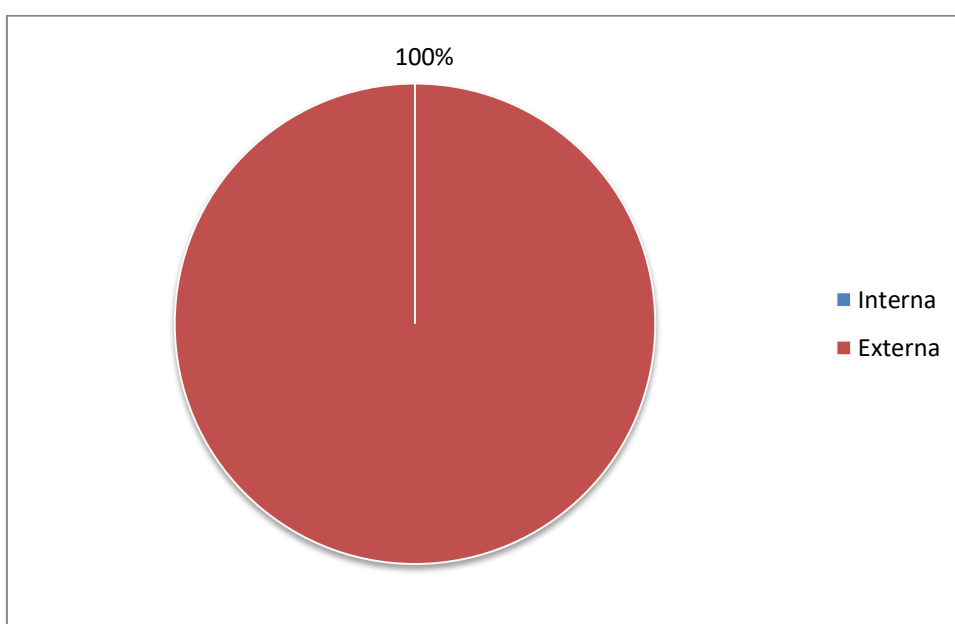
Gráfico 7 - Regime tributário



Fonte: Elaboração própria

Quanto à contabilidade, foram unânimes, todas as MPEs entrevistadas contratam serviço contábil de terceiros. Silva (2017) encontrou um resultado semelhante nas MPEs da Asa Sul- Brasília (92% possui contabilidade externa) e destacou que isso se deve ao fato de que manter um departamento contábil dentro da empresa gera um alto custo e a informação contábil não pode custar mais do que o benefício econômico gerado por ela.

Gráfico 8 – Prestação de Serviços Contábeis (Contabilidade interna ou externa)



Fonte: Elaboração própria

4.3 Utilização dos relatórios contábeis para a tomada de decisão

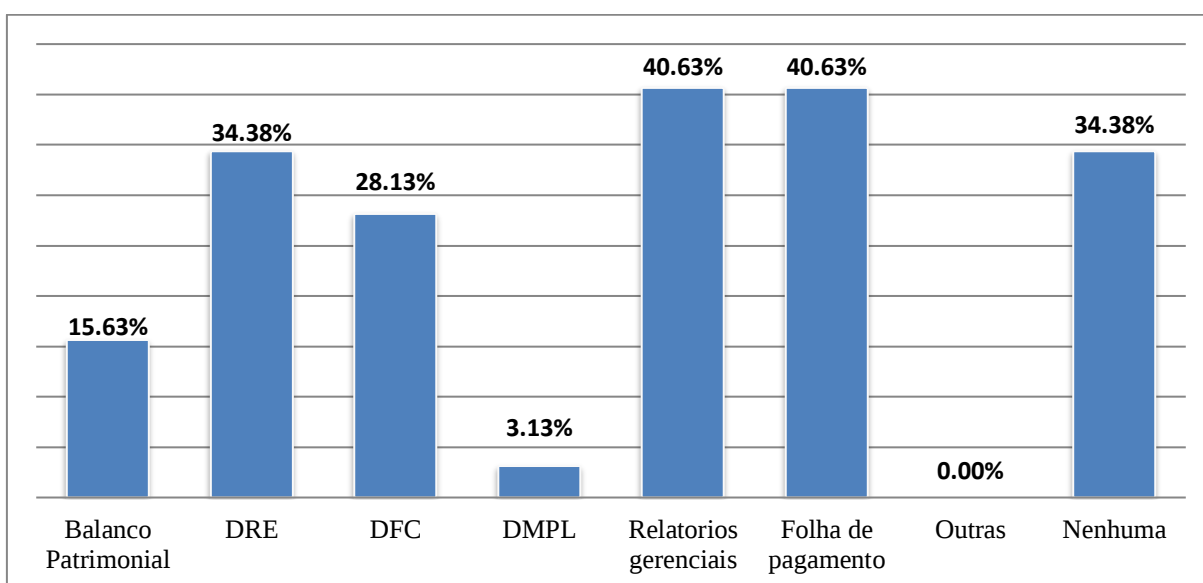
Essa seção abrange as questões de 12 a 14 do questionário, que trata das informações fornecidas pela contabilidade utilizadas na tomada de decisão, o auxílio da contabilidade na interpretação dos relatórios contábeis e utilização de consultorias para a tomada de decisão. O objetivo foi investigar a percepção dos gestores das MPEs quanto à importância das informações contábeis e o papel do contador na tomada de decisão.

As informações fornecidas pela contabilidade desempenham varias funções importantes na organização, dentre elas o auxilia na tomada de decisão. Tendo em vista que a informação disponível é crucial para a qualidade da tomada de decisão, se torna um pré requisito para o

sucesso gerencial, pois podemos dizer que inevitavelmente não há atividade gerencial que não envolva de algum modo a tomada de decisão.

No que se refere a isso, o Gráfico 9 mostra que de acordo com os gestores das MPEs analisadas as informações mais utilizadas para a tomada de decisão são os relatórios gerenciais e a folha de pagamento, 40,63% em ambos os casos, seguida pela DRE com 34,38%; 28,13% a DFC, 15,63% utilizam o Balanço Patrimonial para tal finalidade, apenas 3,13% a DMPL e 34,38% não utiliza nenhum relatório contábil para a tomada de decisão.

Gráfico 9 - Informações fornecidas pela contabilidade utilizadas na tomada de decisão



Fonte: Elaboração própria

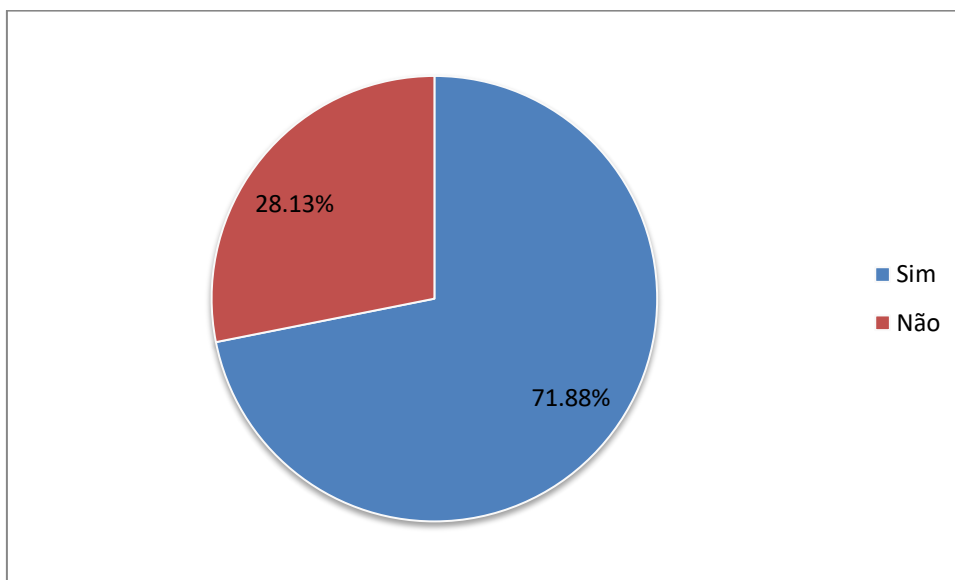
Com isso chama atenção os 34,38% dos gestores que não utilizam nenhuma informação contábil, contando somente com a experiência, intuição e improvisação. A julgar que 37,5% das empresas entrevistadas possuem menos de 5 anos de existência, nos primeiros anos as MPEs enfrentam os maiores desafios, inclusive muitas vão a falência e uma gestão adequada e preparo dos gestores pode ser determinante.

Portanto as informações contábeis para serem úteis para a tomada de decisão elas precisam apresentar as características qualitativas da informação contábil-financeira útil, sobretudo da relevância, que é a capacidade da informação fazer a diferença na tomada de decisão e a compreensividade, de modo que além da informação ser apresentada de forma clara e coesa, o usuário da informação tenha o conhecimento necessário para o bom entendimento.

Apesar disso, podemos ver que demonstrações como DFC, DRE e relatórios gerenciais são usados por grande parcela das empresas.

Com o objetivo de compreender melhor as informações acima e obter maiores detalhes, foram elaborados outros questionamentos, no qual o resultado está exposto no gráfico abaixo para melhor elucidação.

Gráfico 10 - Auxílio da contabilidade na interpretação dos relatórios contábeis



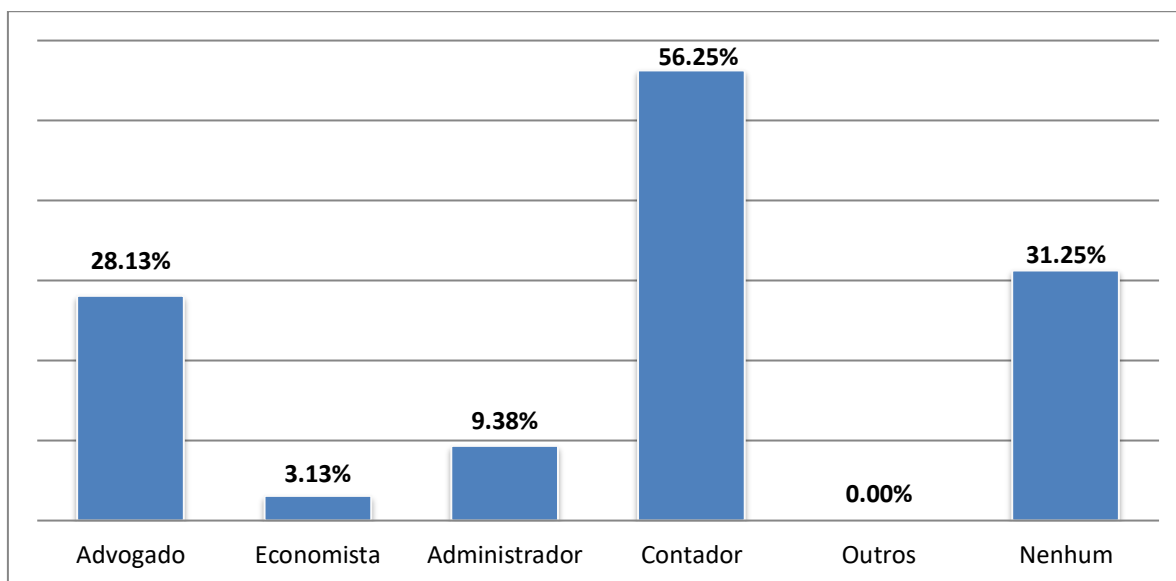
Fonte: Elaboração própria

No gráfico 10, os gestores foram questionados sobre se a contabilidade auxilia ou não na interpretação dos relatórios contábeis. Como podemos ver, 71,88% afirmaram que há o auxílio quando necessário e 28,13% afirmaram que não.

Com isso podemos perceber que 34,38% (conforme o gráfico 9) não utilizam os relatórios contábeis para a tomada de decisão e 28,13% não possuem auxílio para compreensão desses relatórios. Vale ressaltar que cabe ao contador demonstrar a relevância da contabilidade para a gestão empresarial, estreitando a relação e conhecendo melhor a vida dos clientes.

A questão referente ao gráfico 11 buscou analisar o uso de consultorias para a tomada de decisão.

Gráfico 11 - Utilização de consultorias para tomada de decisão



Fonte: Elaboração própria

Aqui podemos ver que 56,25% das MPEs consultam o contador para a tomada de decisão, enquanto 31,25% não recorrem a ninguém para a tomada de decisão, 28,13 consultam o advogado, 9,38% o administrador, 3,13% o economista e nenhum dos entrevistados afirmaram recorrer a algum outro profissional.

Essa porcentagem expressiva de 56,25% dos entrevistados que recorrem ao contador para a tomada de decisão mostra a importância do profissional para os negócios, por outro lado um dado preocupante são os 31,25% que não recorrem a ninguém.

Em questionamento semelhante feito por Silva (2017) em sua pesquisa, 64,58% dos entrevistados consultam a contabilidade para tomada de decisão estratégica e chama a atenção para os 35,52% dos respondentes que tomam decisões que podem ser decisivas para o futuro confiando somente na capacidade intuitiva e experiência.

No estudo de Parente (2017), foi questionado se os gestores contratam consultorias para tomada de decisão relacionada a assuntos de juros, dólar, inflação, tributos, situação da economia, investimentos, os resultados encontrados foram: 49,15% dos entrevistados não contratam nenhuma consultoria e reforça que empresas que não são assessoradas estão mais propensas a falência, enquanto 20,34% contratam consultoria de contador e 18,64% recorrem ao próprio escritório de contabilidade.

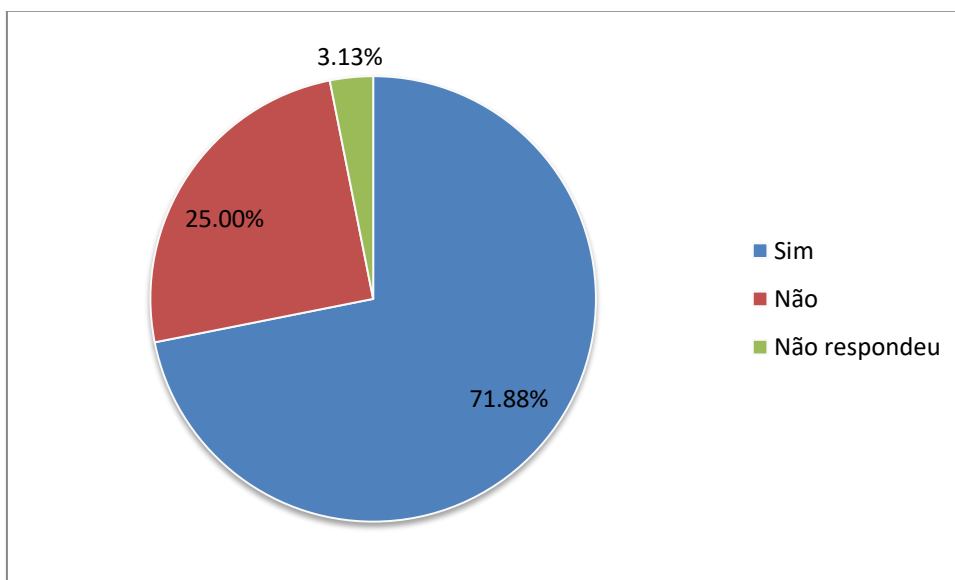
4.4 A importância atribuída à contabilidade

Por fim, essa seção é composta pelas questões de 15 a 17 do questionário, onde a 15ª trata da relevância da contabilidade para a empresa, se ela é realmente útil ou serve apenas para o cumprimento de exigências legais e trabalhista, contratando ou não os serviços caso não houvesse imposição legal, a questão 16 busca compreender se a contabilidade atende às necessidades das empresas e a questão 17 averigua a percepção dos gestores a respeito das atribuições que são necessárias para o contador, se além das suas atribuições ele necessita ter conhecimento mais aprofundado em outras áreas.

Como podemos observar no gráfico 12, 71% dos entrevistados responderam que mesmo se não houvesse imposição legal para a contratação do contador, ainda assim contratariam, 25% não contratariam e 3,13% não responderam.

Diante dos dados apresentados, percebe-se a importância que tem o profissional contábil, muitos dos entrevistados alegaram que a atuação do contador é de suma importância para o andamento do negócio, que seria inviável manter o funcionamento da empresa sem esse serviço, devido o auxílio e a comodidade que ele traz. Em contrapartida, os 25% que responderam que se tivessem essa opção não contratariam, alegando que a contabilidade representa um gasto que poderia ser evitado.

Gráfico 12 - Se você tivesse a opção de não contratar os serviços contábeis, mesmo assim você contrataria?

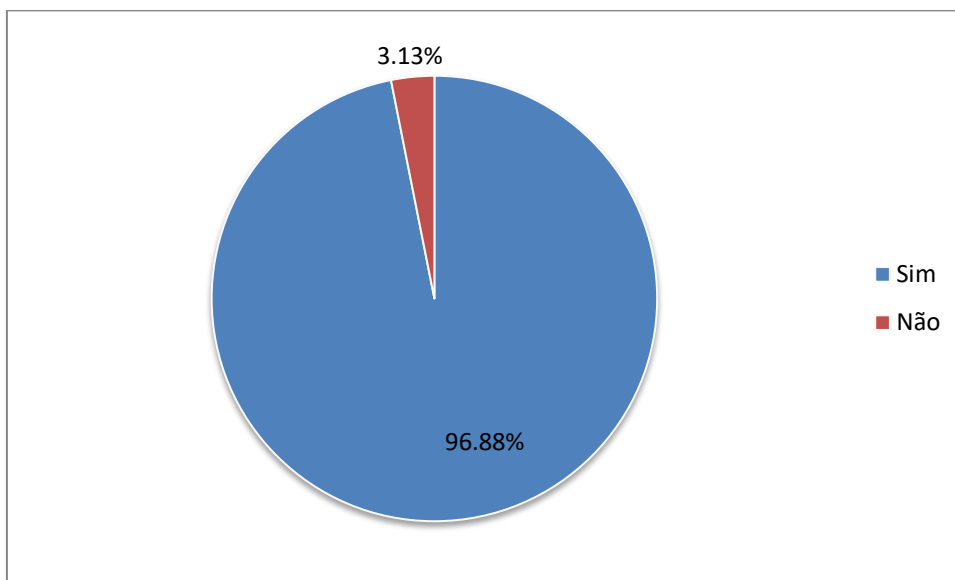


Fonte: Elaboração própria

Com o gráfico 13, percebemos que quase todos os entrevistados têm as necessidades de serviços contábeis atendidas. Corroborando com a pesquisa de Silva (2017), que analisou o quanto capacitado estava o profissional contábil para prestar serviços, no qual foi atribuída nota

de 1 a 5 e as MPEs da Asa Sul avaliaram com nota 4,02. Mostrando que no Distrito Federal de modo geral os serviços contábeis são bem prestados, com profissionais capacitados e o mercado está satisfeito.

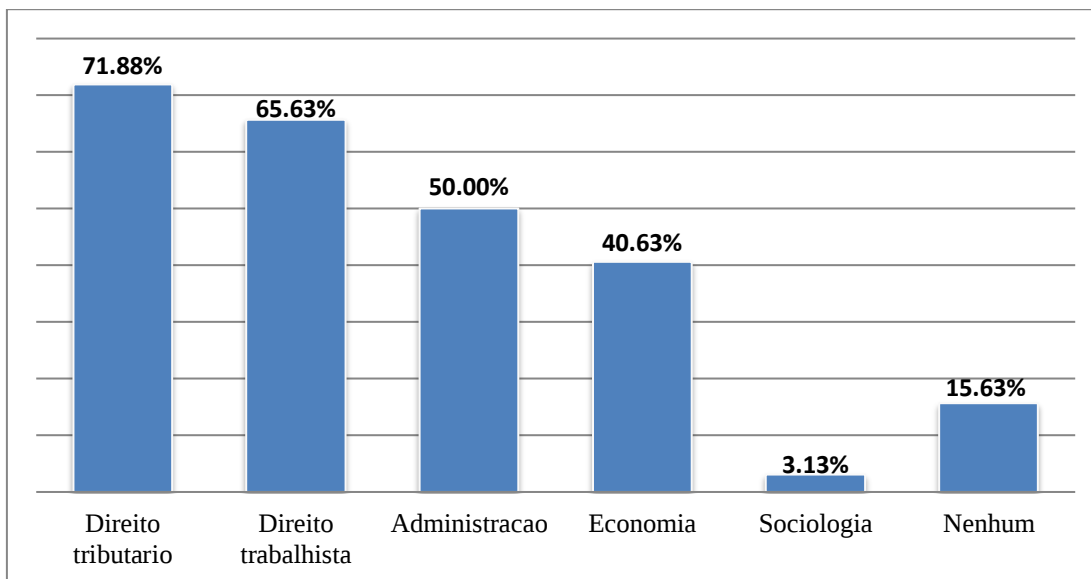
Gráfico 13 - Os serviços contábeis atendem as necessidades?



Fonte: Elaboração própria

Ao indagar os entrevistados sobre quais áreas o contador deveria ter conhecimento mais aprofundado, além das suas atribuições, conforme o gráfico 14, 71% dos entrevistados responderam direito tributário, 65,63% direito trabalhista, 50% administração, 40,63% economia, 15,63% nenhuma e apenas 3,13% responderam sociologia.

Gráfico 14 - Quais áreas o contador deveria ter conhecimento mais aprofundado?



Fonte: Elaboração própria

Assim sendo, fica claro que o mercado reconhece como mais importante para o contador, seria ter um maior conhecimento na área de direito tributário, seguido pela direito trabalhista. Administração e economia também receberam uma porcentagem considerável, demonstrando que uma parcela considerável do mercado exige essas competências do profissional contábil. Em contrapartida, 15,63% dos respondentes afirmaram que o contador não deve possuir nenhum conhecimento aprofundado além das suas competências e conforme verificado pela pesquisa, conhecimentos em áreas como sociologia não são tidas como importantes para os empresários das MPEs do Núcleo Bandeirante.

Os resultados encontrados por Parente (2017), com os gestores de MPEs da Asa Norte-Brasília divergem dos encontrados nesta pesquisa. Foram questionados sobre quais conhecimentos os gestores necessitam além da área contábil e verificou que 71,19% responderam Economia, 67,80% Organização, 64,41% finanças, 11,86% sociologia, 8,47% responderam no campo outros, conhecimentos como Direito, Recursos Humanos e Direito Tributário e 3,39% não responderam ou não souberam responder.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei Complementar 123/2006, mais conhecida como a Lei das Micro e Pequenas Empresas veio para instituir um tratamento favorecido, simplificado e diferenciado para as MPEs, bem como contribuir para o desenvolvimento e competitividade. Todo esse esforço para reduzir a formalidade e fortalecer a economia ocorreu, visto que as MPEs são muito numerosas, e de modo geral, possuem baixo potencial arrecadatório, com isso o Simples Nacional veio para não onerar em excesso as empresas desse porte e não comprometer a sua sobrevivência.

Portanto, com toda a simplificação advinda da LC 123/2006 e regulada pelo CFC 1.418/2012, sem a imposição legal, as MPEs muitas vezes só produzem as demonstrações contábeis para o uso de autoridades fiscais. Sendo assim o objetivo desta pesquisa foi verificar a percepção dos gestores das micro e pequenas empresas do Núcleo Bandeirante sobre a importância da informação contábil no processo de tomada de decisão.

Apresentam-se a seguir, de acordo com os dados levantados através dos questionários, os resultados mais relevantes obtidos através da análise dos resultados.

Com isso conclui-se que os gestores das MPEs do Núcleo Bandeirante consideram como mais importante para a tomada de decisão os Relatórios Gerenciais e folha de pagamento (ambos com 40,63%) e a DRE (34,38%). Além dos 34,38% dos que responderam que não utilizam nenhuma informação para dar suporte a tomada de decisão, isso pode justificar o fato da maior parte das empresas (37,5%) possuir menos de 5 anos de atuação.

Ainda, 56,25% dos gestores entrevistadas afirmaram consultar o contador para auxiliar na tomada de decisão, enquanto 31,25% afirmaram não consultar a ninguém, recorrendo somente a sua intuição e experiência.

Conclui-se também que o contador possui grande importância e presta um serviço de qualidade para as empresas, visto que 71,88% afirmaram que mesmo em um cenário onde os serviços contábeis não são obrigatórios, ainda assim o contratariam e 96,88% responderam que os serviços contábeis atendem as suas necessidades.

Ainda em relação à importância da contabilidade, os entrevistados entendem que o contador deveria ter conhecimento mais aprofundado nas áreas de direito tributário e direito trabalhista, corroborando com o entendimento de que os gestores das MPEs estão mais preocupados com o fornecimento de informações de cunho fiscal e trabalhista.

Como limitação teve a ausência e/ou recusa dos gestores em responder os questionários em mais da metade das empresas visitadas.

Por fim, sugere-se para novas pesquisas fazer um estudo abordando aspectos mais aprofundados para verificar se os empresários contratariam os serviços contábeis se não houvesse imposição legal em outras regiões do Distrito Federal. Outra sugestão seria a aplicação de questionário para os contadores dos escritórios de contabilidade a fim de verificar a percepção deles em relação aos gestores das micro e pequenas empresas.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Israel de Carvalho Drumond et al. Simples nacional e planejamento tributário para microempreendedores: importância para o empresário pinheiralense, considerando contexto, práticas e conhecimento. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, jul./set. 2018. Disponível em: <<http://www.brjd.com.br/index.php/BRJD/article/view/196>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças corporativas e valor**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

ATRILL, Peter; MCLANEY, Eddie. **Contabilidade gerencial para tomada de decisão**. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BITTAR, Alexandre de Vicente; SERIO, Luiz Carlos Di; VASCONCELLOS, Marcos Augusto de. Micro e pequenas empresas inovadoras: evidências em empresas paulistanas. **Revista Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, São Paulo, set./out. 2018. Disponível em: <<http://www.regepe.org.br/regepe/article/view/729>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm>. Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 25 abr. 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Conceitual Básico - CPC 00 (R1)**: Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília, 2011. Acesso em <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1)**: Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em:

<http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2013.pdf>. Acesso em: 06 maio 2019.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento Técnico PME: Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.** Disponível em: <http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/392_CPC_PMEeGlossario_R1_rev%2011_alt.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade: resumo da teoria, atendendo às novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. **Contabilidade gerencial: teoria e prática.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - FASB. **Statement of Financial Accounting Standards No. 2 - Qualitative Characteristics of accounting,** 1980. Disponível em: <https://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1218220132599&acceptedDisclaimer=true>. Acesso em: 14 abr. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

GLAUTIER, Michael W. E.; UNDERDOWN, Brian. **Accounting: theory and practice.** 7. ed. Essex: Prentice Hall, 2001.

IBGE, Coordenação de Serviços e Comércio. **As Micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil: 2001.** Rio de Janeiro: IBGE, 2003. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv1898.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio De et al. **Contabilidade introdutória.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio De. **Análise de balanços.** 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IUDÍCIBUS, Sérgio De; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores: Para as áreas de administração, economia, direito e engenharia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KAPLAN, Robert S.; ATKINSON, Anthony A. **Advanced management accounting**. 3. ed. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Vinícius Gomes. Relevância e confiabilidade na mensuração de ativos a valor justo por empresas listadas na BM&FBOVESPA. 2012. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – **Programa Multiinstitucional e inter-regional de pós-graduação em Ciências Contábeis**. João Pessoa, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/12246>>. Acesso em: 06 maio 2019.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MOREIRA et al. A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2013v10n19p119>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

PARENTE, Leandro Nunes. Visão da formação do profissional da área contábil pelos micro e pequenos empresários da Asa Norte de Brasília. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/16104/1/2016_AndreLeandroParente_tcc.pdf. Acesso em: 29 de mai. 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. Rio de Janeiro:

Atlas, 2017.

RODRIGUES, Mauro José; LOPES, Rodrigo Luís; CARLOS, Willian Santos de Andrade. A informação contábil para gestão de micro empresas: limitações e desafios. **Diálogos em contabilidade: teoria e prática**, jan./dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/dialogoscont/article/view/1245>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SANTOS, Fernando de Almeida; VEIGA, Windsor Espenser. **Contabilidade com ênfase em micro, pequenas e médias empresas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, Vanderlei dos; DOROW, Diego Roberto; BEUREN, Ilse Maria. Práticas gerenciais de micro e pequenas empresas. **Jornal Ambiente Contábil**, Rio Grande do Norte, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/7271>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SEBRAE. Análise do CAGED Janeiro/2019, Brasília: Sebrae, 2019a. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relatorio%20do%20CAGED%2001%202019.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SEBRAE. Anuário das mulheres empreendedoras e trabalhadoras em micro e pequenas empresas: 2015. 3. ed. Brasília: DIEESE, 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/cd949ce3599faa1e095bea15e2ac8ba5/\\$File/5861.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/cd949ce3599faa1e095bea15e2ac8ba5/$File/5861.pdf)>. Acesso em: 15 mai 2019.

SEBRAE. Anuário do trabalho nos pequenos negócios: 2016. 9. ed. São Paulo: DIEESE, 2018b. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20nos%20Pequenos%20Neg%C3%B3cios%202016_.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2019.

SEBRAE. Entenda as diferenças entre microempresa, pequena empresa e mei. Sebrae Nacional, 30 jan. 2019b. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SEBRAE. Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Sebrae Nacional, 06 nov. 2018c. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/lei-geral-completa-10-anos-e-beneficia-milhoes-de-empresas,baebd455e8d08410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SEBRAE. Perfil das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. Brasília, 2018a. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RO/Anexos/Perfil%20das%20ME%20e%20EPP%20-%2004%202018.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

SILVA, Leonardo Garcia da. O uso da contabilidade e a percepção do profissional contábil na ótica de gestores de micro e pequenas empresas da Asa Sul - DF. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/18508/1/2017_LeonardoGarciaSilva.pdf. Acesso em: 15 mai 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA

O presente questionário faz parte do trabalho de conclusão de curso em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, elaborado pelo aluno Wesley Reis dos Santos, tendo como tema “A percepção dos gestores das Micro e pequenas empresas do Núcleo Bandeirante sobre a importância da informação contábil no processo de tomada de decisões”, sob orientação do Professor Elivânio Geraldo de Andrade. Os dados coletados não serão associados às empresas e entrevistados.

CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE	CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA
1. Qual função você desempenha na empresa? ☐ Proprietário/ Sócio ☐ Gerente/Administrador ☐ Outra	6. Qual o tempo de funcionamento da empresa? ☐ 5 anos ou menos ☐ 6 a 10 anos ☐ 11 a 20 anos ☐ 21 anos ou mais
2. Qual o seu grau de escolaridade? ☐ Ensino Fundamental Completo ☐ Ensino Médio Completo ☐ Ensino Superior Completo ☐ Pós Graduação	7. Quantidade de empregados: ☐ Até 5 ☐ de 6 a 10 ☐ de 11 a 20 ☐ 21 ou mais
3. Qual a sua Faixa Etária? ☐ 30 ou menos ☐ 31 a 40 ☐ 41 a 50 ☐ 51 a 60 ☐ 61 ou mais	8. Qual o faturamento anual da empresa? ☐ até 81 mil ☐ de 81 a 360 mil ☐ de 360 mil a 4,8 milhões ☐ mais de 4,8 milhões
4. Qual o seu Sexo? ☐ Masculino ☐ Feminino	9. Qual o setor de atuação da empresa? ☐ Comercio ☐ Serviços ☐ Industria
5. Quanto tempo você tem de atuação? ☐ 5 anos ou menos ☐ 6 a 10 anos ☐ 11 a 20 anos ☐ 21 anos ou mais	10. Qual o regime tributário da empresa? ☐ Lucro Presumido ☐ Lucro Real ☐ Simples Nacional
	11. A prestação de serviços contábeis é realizado por: ☐ Contabilidade Interna ☐ Contabilidade Externa

QUESTIONÁRIO GERAL

12. Quais informações fornecidas pela contabilidade são usadas para a tomada de decisão da empresa? (Marque uma ou mais opções)

- ☐ Balanço Patrimonial
- ☐ Demonstração do Resultado do Exercício -DRE
- ☐ Demonstração do Fluxo de Caixa
- ☐ Demonstração da mutação do patrimônio líquido - DMPL
- ☐ Relatórios gerenciais
- ☐ Folha de Pagamento
- ☐ Outros. Quais? _____
- ☐ Nenhuma

13. A contabilidade auxilia na interpretação dos relatórios contábeis?

- ☐ Sim
- ☐ Não

14. Quais são os profissionais que você geralmente consulta para a tomada de decisão? (marque uma ou mais opções)

- ☐ Advogado
- ☐ Economista
- ☐ Administrador
- ☐ Contador
- ☐ Outros. Quais? _____
- ☐ Nenhum

15. Se você tivesse a opção de não contratar os serviços contábeis, mesmo assim você contrataria?

- ☐ Sim
- ☐ Não

16. Os serviços prestados pela contabilidade atendem as suas necessidades?

- ☐ Sim
- ☐ Não

17. Na sua visão, o contador, além das suas atribuições, precisa ter conhecimento mais profundo em que área? (Marque uma ou mais opções)

- ☐ Direito tributário
- ☐ Direito trabalhista
- ☐ Administração
- ☐ Economia
- ☐ Sociologia
- ☐ Outros. Quais? _____
- ☐ Nenhuma